

## **CAPA: o jeito luterano de atuar com os pequenos agricultores do sul do Brasil**

Tarcísio Vanderlinde<sup>i</sup>

**RESUMO:** A Reforma Agrária, como uma das prioridades de reflexão e ação, é estabelecida na IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, na segunda metade dos anos 70 do século passado. O Concílio da Terra acontecido naquela Igreja em 1982 considerou legítima a inserção da Igreja num campo que poderia ser respaldada pela Bíblia e os ensinamentos de Lutero. *A terra é de Deus*, e como tal mereceria atenção social e teológica devida. O Capa – Centro de Apoio ao Pequeno agricultor – é uma entidade mediadora que emerge da conjuntura e revela-se como uma forma peculiar de envolvimento da Igreja Luterana com os pequenos agricultores. A partir da mediação da IECLB/Capa, os agricultores se rearticulam no sentido de subsistir no tempo presente.

**PALAVRAS-CHAVE:** IECLB, identidade, pequeno agricultor, Capa.

### **Sobre as origens do Capa**

O Capa - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor caracteriza-se como organização não-governamental ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Juridicamente constitui um departamento da Instituição Sinodal de Assistência Educação e Cultura – Isaec/Capa, sendo reconhecida como entidade filantrópica.

O XIII Concílio Geral da IECLB, em 1982, tratou do tema “Terra de Deus – Terra para todos”. No documento final do concílio o Capa é reconhecido como instrumento de apoio aos objetivos propostos, em sinal de compromisso da Igreja com a continuidade da proposta original, orientando-se sempre pela própria recomendação do Concílio Geral: *“Todo o processo de conscientização, de sinais de apoio, reivindicações e propostas concretas deve ser marcado à luz do Evangelho, por um espírito de amor, diálogo e persistência luterana”*.<sup>ii</sup>

A organização objetiva principalmente promover a união dos agricultores familiares, visando à diversificação da produção e à comercialização, além de desenvolver tecnologias que preservem o meio ambiente. Visa, igualmente, na sua concepção resgatar a consciência da função social da terra, como produtora de alimentos saudáveis e abundantes para o povo, além de apoiar e lutar pelo desenvolvimento da saúde comunitária.

No ícone que representa o Capa, a cruz que aparece no símbolo da Igreja Luterana “transforma-se” numa cruz ecológica e lembra uma semente brotando, “ressuscitando”. É uma cruz viva que pode representar vida. O globo de onde “brota” a “nova cruz” ou uma “nova semente” assenta-se sobre o “livro da sabedoria”, que pode ser dos novos conhecimentos agroecológicos mediados pelo Capa e se adequam também aos ensinamentos de Lutero e ao que está escrito na Bíblia na visão daquela entidade. A “nova cruz” do Capa pode ser entendida como um símbolo de libertação.

Considerando os efeitos da modernização agrícola, a exclusão dos pequenos agricultores e os efeitos nefastos às vezes provocados pelas migrações destes, o Capa, no início, foi relacionado a uma “agricultura libertadora”, que poderia viabilizar a permanência do agricultor em sua pequena propriedade. Ao ressaltar o significado místico da agricultura libertadora, Hélio Musskopf retrata o contexto que legitima o surgimento da entidade:

Desde os tempos de Abraão, o povo migrava para a ‘terra prometida’, para Canaã. Ainda hoje, no Brasil, o povo continua migrando, talvez não pelas mesmas razões. O povo do sul já procurou os Estados do Paraná, do Mato Grosso e Território de Rondônia. Já migrou até para países vizinhos! Muitos tentaram voltar. Muitos morreram na peregrinação. Alguns se deram bem. Outros choram saudade da terra natal. Projetos de colonização levaram, e continuam levando, muitos de um lugar para outro. Desalojados pela construção de barragens, as pessoas marcham forçadas rumo às novas áreas. O capitalismo selvagem impõe técnicas e políticas agrícolas que acabam levando pequenos agricultores ao desespero, à miséria, à venda de suas terras para pagar dívidas acumuladas, à marginalização rumo às luzes artificiais das cidades ou aos acampamentos às margens das estradas, senão ao crime. Até quando o povo migrará ‘porque lhe falta o conhecimento’ (Oséias 4.6)?”<sup>iii</sup>.

A IECLB tem sua história marcada pela trajetória dos pequenos agricultores. No tempo presente, apesar do êxodo rural, ainda metade dos membros da Igreja vive em áreas rurais, enquanto que a realidade demográfica brasileira aponta para uma alta concentração da população em zonas urbanas. O processo de modernização da agricultura no país afetou profundamente a vida dos agricultores familiares. Uma forte intervenção do Estado através do crédito subsidiado para a adoção do novo padrão tecnológico, baseado nos insumos agroquímicos e na mecanização, rompeu a lógica da agricultura familiar, cuja trajetória foi de

uso intensivo de mão-de-obra e diversificação de culturas agrícolas. A mudança de relações de produção também resultou em novas relações sociais. A lógica do mundo da colônia, de que quem trabalha progride, passou a não valer mais. Passou a progredir quem tivesse acesso ao crédito e condições de desenvolver uma agricultura de capital intensivo.<sup>iv</sup>

Nos anos 80 do século passado, os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira eram evidentes. Houve concentração de terra, degradação do meio ambiente e aumento das diferenças sociais no campo. A colonização das áreas do Centro-Oeste-Norte do país, proposta pelo governos militares como uma alternativa para a não-realização da reforma agrária no Sul, revelou-se como um “*grande fracasso*”. As cidades cresceram rapidamente, surgindo os grandes cinturões de favelas. O emprego urbano já não era mais um forte atrativo para o êxodo rural. O Capa emerge nesta circunstância e, desde a sua fundação, passa a desenvolver iniciativas para auxiliar os agricultores diante do contexto de exclusão no campo que se foi instalando.<sup>v</sup>

Além de buscar, juntamente com os agricultores, o “conhecimento que liberta” e permitir que o agricultor permaneça em sua pequena propriedade, o Capa surge com o objetivo de empenhar-se em apoiar e estimular o sindicalismo e desenvolver políticas no sentido de reduzir o êxodo rural, em especial o dos jovens. Segundo Arzemiro Hoffman, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, ao longo de sua existência, vem demonstrando sua eficácia na construção da cidadania no meio rural. A consulta às fontes indica que os resultados alcançados pela entidade se viabilizam, pela via técnica e comunitária. Afirma o pastor que “*a construção cidadã de pequenos agricultores exigiu sempre um esforço pedagógico de perceber o lugar vivencial onde o grupo se encontra (seu hábitat, seus costumes, suas referências...) para, a partir daí, construir alternativas viáveis para sua sobrevivência econômica e social*”.<sup>vi</sup>

O Capa, como entidade mediadora da IECLB, envolve-se com a idéia de que é possível construir uma nova paisagem no meio rural. Uma paisagem que inclua a inserção responsável do homem sem necessariamente deteriorar o ambiente onde ele está inserido. Uma tarefa que não é considerada fácil e exige considerável esforço e sabedoria de todos

os envolvidos na empreitada. A idéia parte da constatação de que a *revolução verde* não resolveu qualitativamente o problema alimentar, além de deteriorar significativamente o meio ambiente com a introdução maciça dos chamados agrotóxicos. As conseqüências disto foram as mais perversas possíveis, fazendo os agricultores abandonarem práticas saudáveis de uso do solo em busca do lucro rápido. Este pode ser considerado o cenário em que atua o Capa. Além de estimular a desintoxicação da terra, preocupa-se também em “reeducar” o agricultor no sentido de não apenas garantir sobrevivência a ele e à sua família, mas também proporcionar mais saúde a produtores e consumidores. Esta pode ser entendida como a “nova paisagem” preconizada pelo Capa. Uma paisagem em que se possibilita a reconstrução de um ambiente saudável para todos.

A origem do Capa está diretamente ligada à história da IECLB cuja trajetória acompanha o mesmo movimento que trouxe os imigrantes alemães para as "colônias velhas", ou seja, as primeiras regiões colonizadas a partir de 1824, na região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul. Com a expansão da fronteira agrícola e o deslocamento de colonos para outras regiões do Estado/País, a IECLB, também foi ampliando sua área de intervenção. Primeiramente em direção às "novas colônias" e, mais tarde, para o noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, para onde foram "empurrados" os descendentes dos colonos alemães. Os latifúndios instalados nas terras planas do sul se impunham como uma barreira intransponível a impedir que a nova corrente migratória para lá se dirigisse.

Na conferência dos pastores regionais da IECLB realizada nos dias 17 e 18 de maio de 1978, é criado o Capa, iniciando as suas atividades em 15 de junho de 1979, na cidade de Santa Rosa/RS, atuando numa área que inicialmente abrangia 112 municípios do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina<sup>vii</sup>.

O Capa, em suas diferentes fases, foi financiado por entidades da Alemanha. Atualmente, o Capa é financiado pela Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento – EZE/EED.<sup>viii</sup> Apurou-se que os recursos, destinam-se à formação de um fundo rotativo destinado a pequenos empréstimos aos agricultores familiares, fundos

que seriam ressarcidos posteriormente em produtos agrícolas. Além disso, os recursos são destinados à manutenção e operacionalização técnica e administrativa da entidade.

A proposta do Capa se fundamenta na disseminação de práticas alternativas, econômica e ecologicamente sustentáveis, questionando o modelo de desenvolvimento e o papel da extensão oficial, contrapondo-se aos “pacotes” da modernização e aos vínculos de dependência criados pela integração do pequeno agricultor familiar à agroindústria de alimentos.

### **A mediação do Capa**

O discurso mediador formulado pelo Capa representa interesses eclesiais da IECLB, e, embora aponte a construção de um novo saber numa óptica de mão dupla a partir dos mediadores e mediados, o processo apresenta suas resistências peculiares<sup>ix</sup>.

Ao pesquisar sobre a atuação do Capa núcleo de Marechal Cândido Rondon no Paraná, detectou-se que agricultores tinham que, às vezes, dar um *passo para trás*, no que tange à utilização de insumos agrícolas não permitidos na agroecologia. As dificuldades que os agricultores enfrentavam em dedicar-se integralmente à agroecologia como base para sobrevivência foi um outro problema detectado. Outra questão é o cerco físico e psicológico provocado pelos agricultores que continuavam se dedicando à agricultura *convencional*, mas que acabava gerando um efeito positivo de resistência e fortalecimento coletivo do grupo envolvido com a agroecologia. É possível concluir que esta é, sem dúvida, a situação que gera um discurso ideológico de resistência. Mais que isso, a opção dos agricultores mediados pelo Capa leva os agricultores a romperem com o sistema “convencional”, que passa a ser totalmente desqualificado diante da emergência do novo.

A organização comunitária constitui uma das ações que são priorizadas pelo Capa, e é onde também ocorre resistência. A ação é desenvolvida com grupos e associações e se fundamenta na crença de que se trata de um trabalho inovador e participativo de uma ação que seja transformadora, promova autonomia e possa ser potencializada e multiplicada. Na

opinião dos mediadores da entidade, este trabalho exige análise sociológica e proposta pedagógica e metodológica que promova e valorize a participação ativa e consciente. A entidade mediadora entende que o espírito individualista, muito presente entre agricultores tem como uma das causas principais o fracasso de inúmeras iniciativas comunitárias que, apesar das boas intenções e objetivos, não lograram êxito. Na visão do Capa, é através da organização comunitária, em especial das associações de agricultores familiares agroecológicos, que se torna possível construir espaços de discussão, elaboração e implementação de ações que possibilitam superar o individualismo. O individualismo é visto como uma atitude negativa dos agricultores que pode atrapalhar o desenvolvimento dos objetivos da entidade. A superação do individualismo, na visão do Capa, proporciona alternativas de organização que se revertem em mais renda e dignidade para os agricultores familiares. Esta postura também permite uma maior interferência nas políticas públicas, fazendo com que os poderes e órgãos públicos estejam voltados para a agricultura familiar<sup>x</sup>.

Chamam atenção os aspectos contraditórios que envolvem os processos de mediação em que mediadores e mediados partem em busca de um novo saber. Ao mesmo tempo que é desqualificado o individualismo do agricultor, “lugar” onde podem estar escondidos aspectos de sua cultura, afirma-se que as proposições partem dos mediados havendo respeito às peculiaridades do grupo, como cultura e desejos, por exemplo. A forma de relação entre mediados e mediadores, além de subjetiva, caracteriza-se como estruturalmente contraditória, indicando um processo que precisa ser constantemente gerido, uma vez que não pode ser superado plenamente. A aceitação do discurso mediador do Capa não garante que os mediados, e mesmo os mediadores, não lidem com reinterpretções e reapropriações diversas. No discurso da parceria que procura valorizar a cultura do agricultor, o conteúdo acaba sendo valorizado conforme os momentos e contextos do processo. O que é indesejado no processo acaba sendo desqualificado. O processo é conduzido sempre tendo em mente o fortalecimento da nova identidade do grupo mediado.

## **Conclusão**

A idéia que resultou na formação do Capa emergiu das discussões realizadas pela IECLB em relação à problemática da terra no Brasil. É talvez uma das discussões mais relevantes se considerada a busca da identidade dessa Igreja e a sua inserção na realidade social brasileira. A idéia do Capa não é descolada da discussão geral sobre reforma agrária, mas circula melhor na comunidade luterana por se identificar mais com a história da formação daquela Igreja no Brasil.

Ao final dos anos 70, A IECLB, através de seu conselho diretor, estabelece a reforma agrária como uma das suas prioridades de reflexão e ação. O Concílio da Terra aconteceu em 1982 e, entre outros assuntos, considerou-se pertinente a inserção da Igreja no assunto se consideradas as Sagradas Escrituras e os ensinamentos de Lutero. *A terra é de Deus*, e como tal mereceria atenção social e teológica devida. Mesmo antes do concílio, como também depois, o assunto voltou em pauta reiteradas vezes.

Na formulação do ideário do Capa, pouco se enfatizam termos como “invasão”, “ocupação”, “acampamentos” e “assentamentos”. Estas concepções relacionadas à reforma agrária dificultam a discussão sobre o assunto nas comunidades luteranas, o que não significa concluir que a Igreja só atue em movimentos que tenham a “cara” do Capa. Porém, mesmo com resistências internas, a Igreja tem avançado neste particular. Há que se ressaltar que, no jeito luterano de atuar, o Capa tem avançado em áreas de ação até bem pouco tempo não pensadas entre os luteranos<sup>xi</sup>, e não há como pensar isso a não ser como uma forma de avanço, apesar das resistências.

## Notas

- 
- <sup>i</sup> VANDERLINDE, Tarcísio. Doutor em História pela UFF, atua no CECHEL – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O artigo em pauta emerge do 4º capítulo de Tese de Doutorado defendida pelo autor com o título: “Entre dois Reinos: a inserção luterana entre os pequenos agricultores do sul do Brasil”. Integra o grupo de pesquisas “Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional” cadastrado ao CNPq. Desenvolve a linha de pesquisa “Migrações e Identidades”. [ebenezer@certto.com.br](mailto:ebenezer@certto.com.br)
- <sup>ii</sup> HISTÓRICO DO CAPA. Texto elaborado pelo Capa – sul, fevereiro de 2003.
- <sup>iii</sup> MUSSKOPF, Hélio. Agricultura Libertadora. *Revista do CEM*. Porto Alegre: CEM, Janeiro de 1982, p. 66.
- <sup>iv</sup> De acordo com o pastor sinodal Nilo Christmann, o princípio ético-histórico, de que é preciso trabalhar para ter direito ao pão de cada dia, precisa ser revisto em decorrência das profundas mudanças pelas quais a sociedade está passando. “O rolo compressor da modernidade avança sem se importar muito com os que vão sendo esmagados, ou seja, aqueles que não encontram mais espaço para viver dignamente a partir dos frutos de seu trabalho”(CHRISTMANN, 2003:2).
- <sup>v</sup> HISTÓRICO DO CAPA, op. cit., p. 18-19.
- <sup>vi</sup> O texto sem data cedido pelo Capa em agosto de 2000 é possivelmente de autoria de Arzemiro Hoffmann, pastor da IECLB e seu exame permite concluir que foi escrito em 1996.
- <sup>vii</sup> Os núcleos atuais de atuação do Capa, situam-se nos municípios de Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim no Rio Grande do Sul e nos municípios de Verê e Marechal Cândido Rondon no Paraná.
- <sup>viii</sup> Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe e.V. (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento). Trata-se de ONG fundada em julho de 1962 na Alemanha. Inicialmente formada apenas por fundos de igrejas evangélicas, recebeu posteriormente recursos públicos para viabilizar seu trabalho. A organização apóia o trabalho no campo do desenvolvimento realizado por igrejas e outras ONGs. A entidade coopera com parceiros em mais de 80 países da África, Ásia, América Latina e Caribe, freqüentemente por intermédio de Conselhos de Igrejas nacionais e regionais, e com a assistência de agências especializadas em desenvolvimento(Folder de divulgação da EZE, s. d.). Em 2001, juntamente com mais três outras organizações ligadas às igrejas evangélicas na Alemanha se integraram a EDD (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o desenvolvimento). A informação consta em correspondência da EDD endereçada ao Capa, núcleo de Marechal Cândido Rondon, Pr, 11 de junho de 2001.
- <sup>ix</sup> NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: EDUFF, 1997.
- <sup>x</sup> REVISTA DO CAPA-PR. *Assessoria técnica à produção agroecológica*. Edição comemorativa, 2º semestre de 2002.
- <sup>xi</sup> É o caso da atuação do Capa entre grupos quilombolas na região de Pelotas no Rio Grande do Sul.